



Casamento com brasileira não conta a favor de jornalista

O fato de o jornalista norte-americano Larry Rohter ser casado há mais de 20 anos com uma brasileira não deve breçar a represália do governo Lula, que decidiu cancelar o visto de permanência temporária do correspondente do The New York Times. Rohter fez uma reportagem em que acusa o presidente de ter costume de abusar de bebidas alcoólicas em público.

O advogado **Jorge Nemr**, especializado em Direito Internacional, considera a situação do jornalista muito complicada e nem a união com uma brasileira deve aliviá-la.

A concessão do visto é discricionária. “O artigo 7º da Lei 6.815 diz que não será concedido visto ao estrangeiro considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais”, diz Nemr. “E ele, ao escrever a reportagem, foi considerado tudo isso pelo governo”. Uma das únicas saídas para que Rohter possa ficar em território nacional é se o Supremo Tribunal Federal resolver conceder liminar ao jornalista.

Nesta quarta-feira (12/5), o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) impetrou Habeas Corpus no STF para impedir que o visto do jornalista seja cancelado.

“Está havendo uma grande comoção em relação ao caso, com argumentos de que a medida é grave e fere a liberdade de imprensa prevista na Constituição”, o que poderia levar o STF a decidir em favor do jornalista, de acordo com Nemr.

O professor **Luiz Flávio Gomes** também demonstra ceticismo quanto à permanência de Rohter. “A questão do casamento não interfere mais em questões de extraterritorialidade ou passaporte”, diz Gomes. Ele afirma, que, se o governo levar mesmo adiante a idéia de cancelar o passaporte do correspondente, ele terá de deixar o país no prazo estabelecido.

Segundo a advogada especializada em Direito Internacional, **Djamila Guedes**, uma outra saída para Rohter é tentar requerer o visto permanente alegando reunião familiar.

Governo diz que não volta atrás

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou que não pretende voltar atrás na decisão, apesar de todas as críticas à medida do governo. Os contrários à decisão do Ministério da Justiça argumentam que ela pode ser considerada violação à liberdade de expressão e ao estado democrático de direito.

Em nota oficial à imprensa, o Ministério da Justiça classificou a reportagem escrita por Larry Rohter de “leviana, mentirosa e ofensiva à honra do Presidente da República Federativa do Brasil, com grave prejuízo à imagem do país no exterior”.

O jornal The New York Times afirmou, nesta quarta-feira (12/5), que tomará as medidas apropriadas para defender os direitos do jornalista.

Date Created

12/05/2004